

## Operação Pente Fino

Para decidir pela adoção do POP, o Crea-SP levou em consideração o aumento do número de documentos falsos apresentados nos pedidos de registros de pessoas físicas nos últimos anos – principalmente diplomas – e as dúvidas que surgiram em relação a como proceder diante dessa adversidade. Daí a necessidade de disciplinar os procedimentos a serem observados pelas áreas de Atendimento, Registro e Fiscalização de todas as Unidades Operacionais do Conselho: nove meses depois da criação do POP nº 33, o Crea-SP institucionalizou o procedimento, baixando a Instrução nº 2.555, que integra três situações básicas à rotina de apuração de documentos para registro:

1. **Consulta** de autenticidade de documentos apresentados para registro. Caso confirmada a autenticidade do diploma, o Crea-SP procede ao registro do profissional;
2. **Suspeita** de falsificação de documentos de registro. Caso seja negada a autenticidade do diploma depois das devidas investigações, a Superintendência Jurídica do CREA-SP notifica, às autoridades competentes, a suspeita de prática do crime de uso de documento falso e eventuais outras infrações penais, e ainda comunica ao Conselho Federal e demais Creas sobre a autenticidade de diploma negada do suposto profissional, visando a maior segurança na concessão de registro;
3. **Suspeita** de falsificação de documentos de profissional já registrado. Decorrido o prazo para defesa do profissional e, ainda assim, confirmada a suspeita de falsificação, o Crea-SP anula

o registro do profissional, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99, e ainda comunica ao Conselho Federal e demais Creas sobre a anulação do registro.

O Crea-SP também está providenciando uma apuração de registros retroativa, em sincronia com os trabalhos de rotina hoje executados na área. A expectativa é de que outros casos ainda sejam apurados, envolvendo a intervenção do MPF quando necessário.



**CREA-SP**

[www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br)

[facebook.com/creasaopaulo](https://facebook.com/creasaopaulo)

**Produção:**

Depto. de Comunicação (DCO/SUPCEV)

**Colaboração:**

Superintendência de Fiscalização (SUPFIS)



**CREA-SP**



# Combate ao EMPRÉSTIMO DE NOME

**Dentre as novas frentes** de fiscalização hoje instaladas no Crea-SP, o combate à prática do empréstimo de nome é uma prioridade, implicando procedimentos mais corretivos que punitivos.

O Conselho está colocando em prática uma força-tarefa, unindo agentes fiscais, inspetores e conselheiros, para combater o mau exercício profissional e dar fim ao empréstimo de nome ainda praticado por profissionais contratados apenas para assinar como responsáveis técnicos de obras e serviços, mesmo não sendo os responsáveis por seu acompanhamento e supervisão.

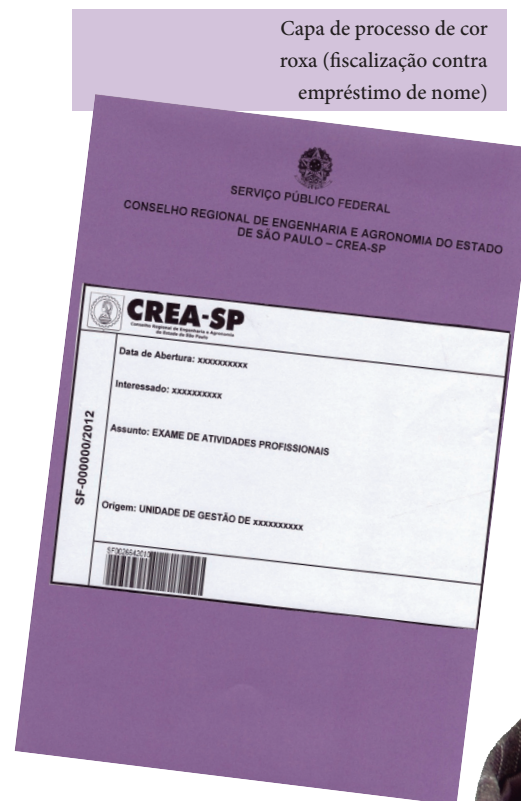
O projeto que estabeleceu metodologia de trabalho no levantamento de provas contra o empréstimo de nome e processamento de indícios durante a operação fiscal valeu-se de novo instrumento de solução pacífica que induz o profissional a corrigir situações de irregularidade sem a necessidade de aplicação de penalidades que resultam em processos desgastantes, morosos e onerosos.

Tal instrumento, de uso inédito nas ações fiscalizatórias dos Creas, denominado “Termo de Ajustamento de Conduta – TAC”, está fundamentado no §6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, a saber: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

Embasado no Termo de Mútua Cooperação celebrado com o Crea-SP, o Ministério Público Federal – MPF, no intuito de fortalecer o combate ao mau exercício profissional, prontificou-se a adotar, no âmbito de sua competência, medidas legais sempre que houver recusa na celebração do TAC ou em caso do profissional compromissário descumprir o acordo celebrado.



**Outro importante** trabalho que o Crea-SP vem desenvolvendo é a verificação da autenticidade de diploma no processo de registro profissional, por meio de ferramentas administrativas inéditas. Uma delas é o POP 33 – Procedimento Operacional Padrão nº 33, que visa a “aumentar a segurança na concessão de registros profissionais no Crea-SP”.



Em pouco mais de três anos, o Conselho detectou mais de 100 diplomas falsos, implicando duas providências imediatas: o indeferimento de dezenas dessas solicitações irregulares, com o encaminhamento dos casos ao Ministério Público Federal, e o cancelamento de alguns outros registros já efetuados. O campo de aplicação do POP 33 – documento interno com cerca de duzentas linhas, que

orienta os funcionários de maneira minuciosa acerca dos cuidados que devem ser tomados durante os procedimentos para registro profissional – abrange todas as Unidades Operacionais da Superintendência de Fiscalização. Graças à recente implantação do projeto Web Atendimento, com a prestação de serviços ao profissional totalmente informatizada, essa irregularidade será minimizada ao máximo.

